
**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS -
CTCOB
ATA DA 33ª REUNIÃO**

Datas: 18 (10:00h às 18:00h) e 19 (9:30h às 16:00h) de abril de 2005.

Local: CEDAE- Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro.

PARTICIPANTES:

- Ministério da Agricultura - MAPA: Eduardo A Cadavid (educa@ sede.embrapa.br)
- Ministério da Integração: Demetrios Christofidis (christofidis@unb.br)
- Ministério das Cidades: Norma Lúcia de Carvalho (norma.carvalho@cidades.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Arlete Rodarte Neves (rodarte@eletrobras.com)
- Ministério do Meio Ambiente - ANA: Francisco Lopes Viana (fviana@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - MMA: Ednaldo Mesquita Carvalho (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – MG/ES: Alberto Simon Schwartzman (Alberto@igam.mg.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SP/RJ: Eliseu Itiro Ayabe (eayabe@sp.gov.br)
- Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Décio Michellis Júnior (decio.michellis@gruporede.com.br)
- Usuário/Indústria: Patrícia Helena Gambogi Boson (tita@net.em.com.br)
- Usuário/Irrigantes: Tibério Leonardo Guitton – (tibério.guitton@cna.org.br)
- Usuário/Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário- Elizabeth Costa de Oliveira (elizabetholiveira@cedae-rj.com.br)
- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Mario Flavio Moreira – (mf@riolagos.com.br)

CONVIDADOS:

- Luiza C. Krau de Oliveira- FURNAS- (lckrau@furnas.com.br)
- Carlos A. S. Teles – SRH/BA – (cteles@srh.ba.gov.br)
- Maria Cristina Yuan- (crisyuan@ibs.org.br)
- Ceres Almeida de Souza- FURNAS- (ceres@furnas.com.br)
- Anna Flavia de Senna Franco- ANA (annaflavia@ana.gov.br)
- Maria Carmem Braga- (mcarmengb@globo.com)
- Leopoldo Eugenio Erthal- (sinrural@uol.com.br)
- Wagner de Oliveira Carvalho- FURNAS (Wagner@furnas.com.br)
- Luiz F. Arruda Gonçalves- COPEL- (luiz.goncalves@copel.com)
- Josiane Damazio da Silva- DRM-RJ- (josiane@drm.rj.gov.br)
- Claudia Lavour- CEDAE- (claudialavour@cedae-rj.com.br)
- José Leomax Santos- AGEVAP- (leomax@ceivap.org.br)
- Bárbara C. Farah Montenegro Python- Eletronuclear- (bcfmpit@eletronuclear.gov.br)
- Rosemary Perrot Ferreira- SERLA- (roseperrot@serla -rj.gov.br)
- Antonio Luiz Peres- Petrobrás- (alperes@petrobras.com.br)
- José Gustavo Féres- IPEA- (jferes@ipea.gov.br)
- Ronaldo Seroa da Motta- IPEA- (seroa@ipea.gov.br)
- Renata Ribeiro Gomes- Sindicato Rural de Campos
- Marilene Ramos- SERLA/RJ- (mramos@fgv.br)
- Roberto Carlos de Araujo- UTE- Juiz de Fora- MG- (robertocarlos@alliant-energy.com.br)
- José A. C. Sertã- ABES- (diretoria@abesrio.org.br)
- Lisa Barbosa Alves- (lisabalves@terra.org.br)

- 1 ■ Ivan Mello Silva- FIRJAN- (isilva@firjan.org.br)
- 2 ■ Daniela Starke Balassiano- (dbalassiano@yahoo.com.br)
- 3 ■ Luiz Claudio Ferreira e Castro- CSN- (luizclaudio@csn.com.br)
- 4 ■ Marco A Silva Carvalho- (cma@sanebm.rj.gov.br)
- 5 ■ Vera Lucia Silva- (nossovalenossavida@yahoo.com.br)
- 6 ■ Sergio Antonio da Silva- SAAE- Barra Mansa RJ (sergio-asilva@uol.com.br)
- 7 ■ Silvana Vardiero- Prefeitura de Belford Rocho.

8 9 **RELATORIA:**

- 10 ■ Ednaldo Mesquita Carvalho – SRH / MMA – Tel: (61) 4009-1809
11 (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)

12 13 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

14
15 Aos 18 dias de abril do ano de dois mil e cinco, com início às dez horas e quarenta minutos, a
16 Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB do Conselho Nacional
17 de Recursos Hídricos – CNRH realizou sua 33.ª reunião, convocada há doze dias, sob a
18 presidência do senhor Décio Michellis Júnior, tendo como relator o senhor Ednaldo Mesquita
19 Carvalho. Seguem os informes e as deliberações da Ordem do Dia. *Item 1 – Abertura* – Com a
20 presença de 12 membros e 28 convidados, o Presidente da CTCOB iniciou a reunião
21 agradecendo a presença de todos à CEDAE na pessoa da Sra. Elizabeth Costa de Oliveira, pelo
22 convite e hospitalidade e rapidamente explicou os procedimentos adotados pela Câmara quando
23 a reunião é realizada fora de Brasília. Informou que no dia 6/04/05 foi aprovada a Lei 11.107 que
24 trata do tema Consórcios Municipais, sugeriu que o GT – Pacto Federativo e a Cobrança pelos
25 Recursos Hídricos apreciasse a nova Lei. Disse ainda que será disponibilizado no Site do CNRH
26 um “clipping” feito por ele contendo uma série de reportagens relacionadas à aprovação pelo
27 CNRH da resolução que trata de Critérios para a Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos.
28 Neste momento, a Conselheira Cristina Yuan, presente na reunião, disse que o que foi publicado
29 na mídia não foi condizente com o que foi aprovado, com vários erros conceituais. Foi sugerido
30 pelo Sr. Ednaldo que, quando da distribuição da resolução poderia ser retomado o processo de
31 conscientização e esclarecimento à sociedade. A Conselheira Patrícia informou que a FIEMG em
32 Minas gerais exigiu uma campanha de esclarecimento aos seus associados, a cartilha
33 esclarecedora está disponível para todos. O Sr. Décio lembrou do GT da CTCOB que deveria ter
34 desenvolvido uma cartilha sobre o tema e que este, infelizmente, foi dissolvido pela própria
35 SRH, disse que este seria um momento no qual a cartilha seria útil. O relator da CTCOB
36 informou sobre os ofícios enviados à SRH solicitando a presença do Sr. Percy nas reuniões da
37 CTCOB e o ofício para a CTPNRH relacionando os nomes dos representantes da CTCOB nas
38 futuras comissões a serem formadas quando da elaboração do PNRH. Informou ainda que
39 haveria alteração na pauta da reunião do dia 19/04, onde seria apresentada palestra pelo Sr.
40 Ronaldo Seroa, do IPEA. A conselheira Cristina Yuan comentou sobre a resolução que trata do
41 Artigo 5.º da resolução n.º 41 do CNRH para a qual aconteceu o pedido de vistas. Disse a
42 conselheira que na reunião do dia 12 e 13 de abril, de n.º 73, a CTIL decidiu solicitar à CTCOB a
43 elaboração de proposta de resolução nos aspectos relacionados aos prazos e formas a serem
44 definidos para o recebimento e análise, no âmbito do CNRH das prioridades para aplicação dos
45 recursos provenientes da cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos, como consta do parágrafo 4.º
46 do artigo 21, da Lei 9.984. Relatou ainda a Conselheira que a CTIL não recomendou a alteração
47 no regimento que previa a criação de um ente nos moldes do CIPAM/CONAMA composto por
48 membros do CNRH para propor ações proativas para o CNRH, integração de suas Câmaras
49 Técnicas e integração com o CONAMA. Entende a conselheira que a ativação do grupo de
50 presidentes de Câmaras Técnicas, com o apoio da Secretaria Executiva do CNRH, poderiam
51 resolver essa questão. Foi anunciado pelo relator da CTCOB que proximamente seria realizada
52 uma reunião de presidentes de CTs. Foi recomendado que a CTCOB deveria formalizar pedido

1 para que todas as Câmaras se apresentassem e reunissem em evento Nacional, promovido pelo
2 ABRH em novembro, na Paraíba. *Item 2 – A implementação da Política de Recursos Hídricos*
3 *no Estado do Rio de Janeiro com ênfase no instrumento Cobrança pela Sra. Leila Heizer e Sra.*
4 *Marilene Ramos.* Conforme palestra anexa (anexo 1 palestra), a Sra. Marilene Ramos relatou
5 sobre todas as etapas de extensão da cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos iniciada na Bacia
6 do Rio Paraíba do Sul para os rios Estaduais, inclusive os afluentes do Rio Paraíba do Sul,
7 conforme Lei 4.247/2003. Foi informado também que conforme o artigo 11 da referida Lei, 15%
8 da arrecadação que irá ocorrer pelo uso dos Recursos Hídricos decorrentes da transposição
9 Paraíba do Sul/Sistema *Light* será creditado ao CEIVAP. Foi mostrada em planilha toda a
10 evolução dos valores arrecadados até o momento desde 2004. Disse ainda a Sra. Marilene que o
11 Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado além de receber os recursos da Cobrança,
12 também receberá os recursos decorrentes dos 45% da compensação financeira pagos pelo Setor
13 Elétrico. Sobre a aplicação dos recursos, foi dito que parte deles irão para a AGEVAP como ação
14 de gestão e como ação estrutural, parte irá para a construção de uma ETE em Nova Friburgo,
15 como ação de Planejamento, recursos serão aplicados em Planos diretores. Como agenda para o
16 período 2005/2006 foi citado - gastar bem os recursos arrecadados ; implantar os demais
17 comitês; dotar os comitês de Secretarias Executivas; elaborar Planos de Bacias; concluir o
18 sistema estadual de informações sobre Recursos Hídricos. A Sra. Marilene comentou
19 especificamente sobre o Comitê do Rio Guandu, sobre a importância da bacia em termos de
20 abastecimento da região metropolitana do Rio de Janeiro e sobre seus principais usuários. Como
21 metas do Comitê, foi relatado a contínua integração com os técnicos da COPPE/RJ,
22 reflorestamento, e educação ambiental. Disse que havia disposição dos usuários da bacia para
23 contribuírem com o funcionamento da Secretaria Executiva do Comitê. Relatou ainda que após
24 publicação da Lei 4247/2003, o comitê houve por bem aprovar uma deliberação com critérios de
25 cobrança específicos para a bacia, foi aprovado um modelo de cálculo com fórmulas mais
26 simples, transitórias e viável para todos. Após apresentações, foram iniciados os debates, o Sr.
27 Eliseu quis maiores informações sobre a constituição do Fundo Estadual de Recursos Hídricos
28 com recursos da Compensação Financeira, e sobre os recursos relativos a 10% da arrecadação
29 para o funcionamento da Secretaria Executiva do Comitê. No caso da compensação financeira, a
30 ANNEL promoveu entendimento direto com o Governo do Estado, sobre as Secretaria Executiva
31 dos comitês foi dito que as mesmas teriam estrutura mínima e que os recursos previstos eram
32 suficientes. Ao final, foi dito pela Sra. Marilene Ramos que mesmo com os percalços ocorridos
33 no Estado, os avanços na implementação da Política de Recursos Hídricos ocorreram. *Item 3 –*
34 *VIII reunião do GTAAC - O Sr. Ednaldo informou sobre a resolução CNRH n.º 49 de*
35 *21/03/2005 que no seu artigo 5.º prorroga a permanência do GT até o final do ano 2006. Ainda*
36 *nos informes, a Sra. Anna Flávia relatou fatos ocorridos na última reunião da CTIL sobre*
37 *aspectos inerentes ao Art. 4.º da Lei 9.433 e sobre o parágrafo 4.º do Art. 21 da Lei 9.984 que o*
38 *CNRH procurou regulamentar com uma resolução encaminhada em 20/12/04 à plenária do*
39 *CNRH. A CTCOB foi chamada a participar para elaborar uma proposta de resolução relacionada*
40 *ao segundo assunto, “prioridades para aplicação dos recursos da cobrança”, em articulação com*
41 *CERH e Comitês de Bacia. Sobre os projetos recebidos decorrentes dos Ofícios 112 e 113 do*
42 *CNRH, foi dito por ela que o nível foi muito bom. Conforme pauta, foi passada a palavra ao*
43 *convidado e Diretor da AGEVAP, Sr. José Leomax dos Santos. Conforme palestra anexa, o*
44 *Diretor da AGEVAP fez um relato cronológico de todo o processo que culminou com a*
45 *implantação da Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul , foram*
46 *inclusive citadas as diversas deliberações aprovadas pelo Comitê como as de número 08/01,*
47 *15/02, 20/03, 22/03, 24/04, 32/04, 41/05, 43/05. Foi informado que, atualmente, existem 62*
48 *usuários inadimplentes e que dois estão depositando em juízo. Comentou ainda o Sr. Leomax*
49 *que a deliberação 43 de 15/03/2005 do CEIVAP, dispõe sobre a deliberação 24/04 e estabelece o*
50 *prazo de seis meses para serem solucionadas as questões inerentes à transposição Paraíba do Sul/*
51 *Guandu. Disse que, nos próximos seis meses, também serão revistos e atualizados os critérios*
52 *para a cobrança pelo uso da água, inclusive a fórmula existente deverá ser revista. Abordou*

1 também aspectos decorrentes da Lei 4.247/03, que permitiu que em todas as bacias que possuem
2 comitês fosse possível implantar a cobrança no Estado. Foram mostrados os valores arrecadados
3 desde março de 2003 até o momento. Em 2004 foram arrecadados R\$6,6 milhões. Foram
4 também fornecidas informações detalhadas sobre a aplicação dos recursos arrecadados,
5 geralmente em obras estruturais e em projetos de gestão, conforme prioridades estabelecidas pelo
6 próprio Comitê. Para 2005, há uma previsão de arrecadação de R\$5,7 milhões que somados às
7 contrapartidas devem atingir um total de R\$ 6,8 milhões. Sobre os inadimplentes, disse o Diretor
8 da AGEVAP que o caminho é o diálogo e o entendimento. Foi inclusive mencionada a
9 aprovação da deliberação n.º 41 de 15/03/2005 que trata de mecanismos e critérios para
10 regularização de débitos para com o Comitê. A possibilidade do parcelamento existe. Quando
11 dos debates, o Sr. Alberto perguntou sobre dificuldades para a aplicação dos recursos e o Sr.
12 Carlos Teles, sobre quais as maiores dificuldades encontradas até o momento para a gestão dos
13 Recursos Hídricos na Bacia. Foi dito que, no momento, a AGEVAP possuía apenas 5
14 funcionários e que existiam muitos controles a serem feitos, continuou dizendo que havia
15 dificuldades de toda a ordem inclusive para contratação de pessoal. Enfatizou que tudo isso
16 dificultava muito a agilização e operacionalização dos processos. Entende o Sr. Leomax que o
17 Contrato de Gestão deva ser ajustado às realidades locais, como exemplo, disse que as ações da
18 Secretaria Executiva da AGEVAP que demandam muito tempo de todos não foram previstas no
19 Contrato de Gestão. Ao final, foi dito que deveria-se envidar esforços no sentido de achar uma
20 saída para minimizar os aspectos burocráticos e legais para agilizar a aplicação dos recursos
21 arrecadados. Complementou ainda o Sr. Leomax que achava muito difícil encontrar viabilidade
22 econômica para a criação de agências em todas as bacias hidrográficas que vierem a criar seus
23 Comitês. O presidente da CTCOB fez perguntas relacionadas à revisão do cálculo da cobrança
24 na bacia, à correlação do artigo 44 da Lei 9.433 com o papel desempenhado pela AGEVAP, fez
25 críticas às contrapartidas para os empréstimos. O Sr. Leomax respondeu que concordava com as
26 ponderações feitas pelo Sr. Décio com respeito à fórmula, mas argumentou que mudanças
27 implicarão em maiores complexidades operacionais. Sobre as contrapartidas, disse que poderia
28 chegar até a 50%, as contrapartidas serão utilizadas quando do estabelecimento das variáveis
29 prioritárias. Com respeito à AGEVAP e o Art. 44 da Lei 9.433, foi dito que o no Contrato de
30 Gestão tudo estava perfeitamente especificado. Complementando, o Sr. Viana informou que há
31 possibilidade de se avançar na melhoria da fórmula de cobrança do CEIVAP, como já está
32 ocorrendo na proposta de fórmula em estudo no Comitê PCJ das Bacias dos Rios Piracicaba,
33 Capivari e Jundiaí. A Sra. Patrícia Boson manifestou seu otimismo com respeito aos avanços e
34 entendimentos que ainda surgirão entre os poucos Estados que participam de uma mesma Bacia
35 Hidrográfica. O Sr. Leomax finalizou, dizendo estar também otimista, acreditava que em futuro
36 próximo, a AGEVAP estará cumprindo todas as suas competências, entendia que a agência terá
37 que desempenhar seu papel técnico, e que os problemas hoje existentes serão resolvidos dentro
38 da legalidade. Após agradecer a presença e a apresentação do Sr. Leomax, o presidente da
39 CTCOB deu continuidade à reunião, perguntando aos representantes da ANA presentes, sobre os
40 desdobramentos das respostas aos ofícios 112 e 113 do CNRH. A Sra. Anna Flávia explicou que
41 os projetos eram recebidos, de boa qualidade, mas a Agência não dispunha de recursos
42 suficientes para atendê-los. Informou que, como decisão estratégica, a ANA não recomenda a
43 criação de sistemas de informações por Bacia, mas sim manter um sistema nacional que atenda a
44 todas as Bacias. Sobre educação ambiental, disse que as propostas que vieram somam
45 R\$3milhões, mas os recursos disponíveis somam R\$600.000,00. Diante dessa conjuntura, a
46 estratégia a ser seguida será a de assinar um convênio com a TV Futura e a Fundação Roberto
47 Marinho para assim desenvolver programas educativos que atinjam um maior n.º de pessoas a
48 custos compatíveis com a disponibilidade financeira atual. Sobre as demais demandas e
49 respectivas ações, foi informado que os recursos disponíveis já estão comprometidos com
50 projetos que já tramitavam na ANA, portanto já programados. A realidade é que praticamente
51 nenhum dos projetos encaminhados deverão ser atendidos devido às dificuldades financeiras por
52 que passa a ANA. Nem mesmo projetos demonstrativos, sugeridos pelo Sr. Alberto Simon, serão

1 passíveis de apoio. A Sra. Patrícia Boson registrou que a lógica seria que o contingenciamento
2 era uma verdade que não poderia existir, sugeriu que se deveria trabalhar para provar que é uma
3 mentira. Disse que o executivo deve trabalhar para provar que o contingenciamento não é viável
4 e procurar sugerir, quando da elaboração da LDO, a excepcionalidade dos recursos da cobrança,
5 principalmente aqueles oriundos do pagamento pelo Setor Elétrico. Foi proposto como
6 encaminhamento pelo Sr. Décio, o seguinte:- Recuperar o GT para elaborar uma proposta com
7 uma “Cartilha da Cobrança” a ser liderado pela ANA.- Agendar uma reunião com a Ministra
8 Marina Silva para discussão dos problemas atuais decorrentes do contingenciamento. - Consulta
9 ao Ministério Público Federal sobre a “legalidade” do contingenciamento (entende que este item
10 não é da competência da CTCOB, nem do CNRH). - Deve-se preparar resposta aos Comitês e
11 CERH sobre os pleitos recebidos, realçando a qualidade dos projetos, acompanhada dos
12 relatórios encaminhados pela ANA em resposta ao ofício n. 17 CNRH/CTCOB/GTAAC. A fim
13 de compor o grupo para estar com a ministra, foram sugeridos os seguintes nomes: Décio
14 Michellis Júnior, Patrícia Boson, Ninon Machado, além de representantes da SRH e ANA. A
15 audiência seria marcada, desde que a SRH e ANA quisessem. O Sr. Viana achou pertinente a
16 possibilidade da audiência de acordo com o momento político atual. Achava que poderia ser
17 colocada a discussão sobre os recursos do Setor Elétrico, nos mesmos moldes da “Cobrança
18 Condominial”. Entendia que os recursos do Setor Elétrico eram, para a Gestão dos RH, como um
19 todo e não apenas para as Bacias Hidrográficas onde os mesmos foram arrecadados. A Sra.
20 Patrícia Boson complementou, dizendo que o momento é de convergência e todos devem lutar
21 para que os recursos do Setor Elétrico cheguem integralmente à ANA, posteriormente pode-se
22 discutir e dialogar sobre a sua destinação. Finalmente, foi recomendado que este assunto e a
23 sugestão de encontro com a ministra deveria ser pauta do GT Interministerial. O segundo dia da
24 reunião aconteceu no Centro Administrativo do Estado do Rio de Janeiro e iniciou com o *Item 4*
25 da pauta: - aprovação da ata da 32.ª reunião. A ata foi aprovada com pequenas modificações
26 semânticas. *Item 5 da Pauta – Gestão estratégica da CTCOB* – Foi informado pelo Sr. Ednaldo
27 que a Sra. Raquel Scalia está formatando a nova versão do documento, conforme entendimentos
28 ocorridos na reunião anterior. Disse também que na reunião de junho em Brasília, seria possível
29 discutir, em um primeiro momento, os aspectos conceituais a respeito do tema, assim seria
30 possível discutir o documento de forma definitiva por todo o grupo, com a consultoria da Sra.
31 Raquel. Foi alertado que o sucesso dos trabalhos em junho estaria condicionado a estudos que
32 todos deveriam efetuar, utilizando inclusive a primeira versão do documento. *Item 6 da pauta* -
33 Ofício e nota técnica CTAP sobre compensação financeira em terras indígenas. O Sr. Décio
34 explicou o conteúdo do ofício no qual a CTAP pergunta sobre a pertinência do tema vir a ser
35 discutido no âmbito da CTCOB. Ficou decidido que a CTCOB só se pronunciaria após presença
36 de um membro da CTAP em reunião da CTCOB para melhor esclarecer o assunto. *Item 7 da*
37 *pauta – Relatos sobre os Grupos de Trabalho* - GT- Indicadores da Cobrança - o Sr. Ednaldo
38 relatou que, conforme falado em reuniões anteriores e relatório específico, foi elaborado os
39 TDRs para contratação de consultor para elaboração de documento sobre o tema a ser
40 apresentado em etapas, nas reuniões de Câmara Técnica. Informou ainda que o coordenador do
41 GT não havia recebido nenhuma sugestão para o documento TDR enviado para todos e que
42 considerava o documento como validado pela CTCOB. Em seguida, foi lido ofício a ser assinado
43 pelo presidente da CTCOB solicitando à SRH que procedesse entendimentos com a ANA para
44 contratação do Consultor. Após ouvir os membros da CTCOB, os mesmos decidiram por não
45 recomendar assinatura do ofício por entender que não era competência legal da CTCOB fazer
46 aquele tipo de solicitação. O Sr. Ednaldo explicou que mesmo sendo o GT coordenado pela SRH,
47 o mesmo era da CTCOB e que entendia que cabia sim à CTCOB formular o pedido. Mesmo com
48 essa argumentação, os demais membros da Câmara optaram por não assinar o ofício. Sobre o
49 assunto, diversos membros da CTCOB manifestaram-se dizendo da importância do tema, sua
50 complexidade e disposição de ajudar. O Sr. Demetrios relembrou a importância dos produtos
51 gerados pelo GT Marco Zero coordenado por ele e sua utilidade e interface com os indicadores
52 da cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos. A conclusão que se chegou foi que a CTCOB

1 apoiava a contratação do consultor, como todo e qualquer aporte de recursos que seus membros e
2 colaboradores queiram agregar ao processo, inclusive por iniciativa dos proponentes, sendo
3 responsabilidade do mesmos a sua contratação, já que as contribuições são voluntárias. Sobre os
4 demais GTs apenas foi informado sobre as etapas finais para a realização da Oficina “Pacto
5 Federativo e a Convergência da Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos”, foi explicado pelo
6 Sr. Ednaldo que com o apoio da SERLA-RJ e CEDAE, estava sendo possível a realização da
7 Oficina. Foi ainda informado a última versão do programa e respectivos palestristas. As
8 inscrições já estavam sendo feitas em bom número. Em seguida, o Presidente da CTCOB
9 encaminhou a reunião para uma apresentação extra pauta que seria proferida pelo Sr. Ronaldo
10 Seroa da Motta, Coordenador de Estudos de Mercado e Regulação do IPEA (Anexo 2) - O Sr.
11 Ronaldo foi convidado para apresentar os resultados de uma pesquisa sobre o título: “A
12 demanda de água e o custo de controle da poluição hídrica nas indústrias da Bacia do Rio
13 Paraíba do Sul”. Durante a apresentação, algumas colocações pontuais foram feitas como
14 conclusões inicialmente tiradas da pesquisa em andamento, como a seguir:- O objetivo maior da
15 pesquisa é metodológica.- No momento no CEIVAP o pagamento está restrito à Indústria e às
16 famílias.- A Agricultura colabora pouco, os produtos agrícolas são muito sensíveis ao preço da
17 água.- As empresas foram eficazes ao responder os questionários, as Federações das Indústrias
18 de SP, MG, RJ foram importantes no processo.- A amostra foi de 480 plantas, 34% em SP, 27%
19 em MG e 39% no RJ. - A pesquisa foi realizada no período de Setembro de 2003 a Janeiro de
20 2004.- A água é um bem substituto à energia às matérias primas e ao trabalho.- O aumento do
21 preço da água não implica necessariamente no aumento da arrecadação. Após apresentação e
22 debates o Presidente da CTCOB fez agradecimento especial ao Sr. Ronaldo Seroa e equipe
23 comentando que a pesquisa, como foi dito por muitos interlocutores poderá ser uma ferramenta
24 importante no processo de implementação da cobrança pelo uso da água no Brasil. Finalizando a
25 reunião, o Sr. Décio solicitou o encaminhamento de sugestões para a Oficina, ratificou a data
26 para a próxima reunião da CTCOB, nos dias 12 e 13 de maio, no Rio de Janeiro, e agradeceu a
27 presença de todos. Em seguida, os presentes fizeram uma visita técnica às instalações da
28 CEDAE na ETE da Pavuna.

29
30 Ata aprovada na 34.ª reunião da CTCOB dia 12/05/05

31
32
33
34 Décio Michellis Júnior
35 Presidente da CTCOB

36
37
38 Ednaldo Mesquita Carvalho
39 Relator da CTCOB
40
41
42